

# Olhai para “os ricos do campo”: o lugar das elites e classes dominantes nos Estudos Rurais do Brasil <sup>1</sup>

## Richs of the countryside in Brazil: elites and the ruling class in Rural Studies

**Valdênio Freitas Meneses**

Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil

### RESUMO

Os Estudos Rurais são uma rede de cientistas sociais e de áreas afins que pesquisam temas no mundo rural brasileiro: da concentração da terra e recursos hídricos, conflitos entre populações locais e projetos de impactos socioambientais até políticas públicas voltadas para o meio rural. Os Estudos Rurais têm espaço em congressos nacionais e internacionais, além de parcerias e intercâmbios entre departamentos de universidades, ONGs e movimentos sociais. Neste artigo, proponho um debate sobre uma zona difusa dentro dessa consolidação de pesquisas dos Estudos Rurais: o tema das elites e classes dominantes e a construção de agendas de pesquisa acerca dos latifundiários, ruralistas, estancieiros, empresários rurais, pecuaristas, usineiros dentre outros. Para tanto, utilizo o seguinte roteiro: primeiro faço uma revisão dos debates acerca do termo “latifúndio” em teses clássicas do mundo rural; depois analiso a forma como os clássicos das ciências sociais no Brasil (1930-1960) abordaram a elite e o mundo rural. Aqui, também, a revisão é direcionada para as novas gerações de clássicos dos Estudos Rurais (de 1970 até o início do século XXI) e seus temas: pesquisas sobre a “perversa aliança” entre a grande propriedade e a modernização capitalista rural; temas dos setores patronais ruralistas do agronegócio e, por fim, etnografias feitas na zona da mata canavieira nordestina que alcançou o mundo das elites rurais. Revisando essas gerações de clássicos, proponho construir a categoria “ricos do campo” para firmar uma agenda de pesquisa atualizada sobre elites e classes dominantes nos Estudos Rurais.

**Palavras-chave:** Elites, Classes dominantes, Estudos Rurais, Ricos do campo.

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem ao artigo foi financiada via Bolsa Capes/Brasil dentro de atividades de estágio pós-doutoral realizado entre 2020-2021 no PPGS/UFS sob orientação da Profª. Dra. Fernanda Rios Petrarca.

---

Recebido em 20 de maio de 2021.  
Avaliador A: 04 de agosto de 2021.  
Avaliador B: 05 de agosto de 2021.  
Aceito em 19 de outubro de 2021.

---



## ABSTRACT

The so called Rural Studies are networks of social scientists between academic sectors, social movements and NGOs in Brazil. This network make researchs about rural-urban transformations in Brazilian society: conflicts about land, water, agro-food systems, family farmer policies, indigenous peoples, *quilombolas* etc. Although its great advancements, there is a gap in Rural Studies: the elites and the rulling class. This article discuss about this part of the brazilian rural society – farmers, agrobusinessman, cattle breeders. At first, make critics about the concept of “latifundiários”. This word is linked to debates inside the Brazilian Communist Party in 1950s-1960s. Because its root the concept of “latifúndio” fits better in political fights and loses his analytical capacity. The second part shows ambiguities in the theme of the social change and rural society in classical views of the brazilian sociology (1930-1960). After this, shows the newest generations of Rural Studies after 1970s and their themes: the “wicked alliance” between great land owners and capitalist modernization; the political representations of the agribusiness and rulling rural class and ethnographical studies in the area of the old “engenhos“, the sugar cane zone at Brazilian northeast. At the last section the article purposes one anaytical term – richs of the countryside – to construct ways to guide a new research agenda. At this point its possible to overcome the ambiguities and gaps about the rural elites and rulling class in Rural Studies.

**Keywords:** Elites, Rulling class, Rural Studies, Richs of the countryside.

*Ao aprendizado da inquietude e da resistência.  
Em memória do professor Raimundo Santos.*

## INTRODUÇÃO

“Agricultores familiares”, “camponeses”, “posseiros”; “colonos”, “quilombolas”, “pobres do campo”, “migração campo-cidade”, “proletarização”, “recampesinização”, “luta pela terra”, “impactos socioambientais”, “políticas públicas e desenvolvimento rural”. Todas essas palavras indicam conceitos e processos que têm considerável carga de pesquisa e produção acadêmica dentro dos chamados Estudos Rurais (ER) do Brasil. Essa área de estudos abrange uma rede interdisciplinar feita por sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, economistas e historiadores, constituída entre parcerias que remetem a iniciativas como o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), na década de 1970 (BRUMER; SANTOS; 2006; WANDERLEY, 2011a). Agregando pós-graduações e centros de pesquisa

de ciências sociais e áreas interdisciplinares<sup>2</sup>, os ER também marcam presença em Grupos de trabalho (GTs) nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação de Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER) e da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU). Não menos importante, há também o encontro da Rede de Estudos Rurais: evento bianual, realizado desde 2007, em diferentes regiões do Brasil. “Herdeiro” de encontros do PIPSA, realizados nos anos 1970, o encontro da Rede Rural agrega pesquisadores e professores, além de intercâmbios nacionais e internacionais com movimentos sociais e ONGs. Daí um volume considerável de trabalhos baseados em laudos técnicos, assessoria e avaliação de projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a agricultura familiar nas últimas décadas. É fato que há uma grande contribuição de pesquisadores de ER entre debate acadêmico e político, consolidando um conceito de agricultura familiar em um quadro institucional desde anos 1990 até os 2000 (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). Outra contribuição dos debates dos “rurólogos” está na produção de conhecimento e conceitos operados em políticas públicas. Um caso exemplar disso está em como a categoria “agricultura familiar” foi inserida e legitimou três gerações de políticas desde crédito rural, mercados institucionais até alimentação e segurança nutricional (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O argumento central deste artigo é que essa consolidação acadêmica de imensas contribuições acabou por deixar uma zona difusa de temas dentro dos ER. Diversos atores e processos do meio rural brasileiro têm sido colocados como secundários, por vezes até estudados e analisados com certa aversão, como se fossem temas sem importância ou politicamente “traíçoeiros”. Esses atores pertencem ao mundo social dos grandes proprietários, ruralistas, setores patronais, estancieiros, empresários rurais, pecuaristas, usineiros dentre outros. Durante décadas, eles estiveram agregados sob o termo de “latifundiários”: um conceito importante, mas que – como será visto adiante – tem “vícios de origem” teóricos e políticos herdados dos debates clássicos sobre mundo rural no Brasil. Isso faz com que esse conceito sirva menos ao campo da análise e mais a um tabuleiro – bastante necessário – da acusação e luta política

---

2 Pós-graduações em ciências sociais e temas afins da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e da Universidade Federal de Campina Grande, dentre outros, abrigam boa parte dos pesquisadores da Rede Rural. Para história da formação dessa rede, ver os depoimentos da trajetória acadêmica de professores: Entrevistas FGV (Moacir Palmeira, Museu Nacional – gravadas entre 2009 e 2012). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/moacirpalmeira>. Acesso em: 16 nov. 2020. Ver também as entrevistas com professores do CPDA/UFRRJ – Eli Napoleão. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/236> Acesso em 16 nov. 2020; e as entrevistas com Nelson Delgado (gravadas em 2019 e 2020). Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/296> Acesso em: 16 nov. 2020.

de movimentos sociais. Exemplo disso é a disputa que envolve a mediação jurídica do que é “latifúndio improdutivo” para servir à desapropriação e à política de criação de assentamentos (MEDEIROS, 2017, p. 120).

A elites e a mudança social no mundo rural foram, de fato, temas presentes entre autores e teorias clássicas. Contudo, o incômodo desse artigo parte do ponto em que esse debate quase sempre foi feito de forma difusa, esparsa ou secundária. Por isso, pode-se afirmar que ainda está em vias de construção um campo mais firme de pesquisas sobre elites e classes dominantes na área dos ER. Em suma, um “espectro” ronda os ER na seguinte questão: qual o lugar nas pesquisas e análises das classes dominantes e elites agrárias? Poderia se supor que haveria uma total aversão ao tema pelo fato de que os ER são uma rede de pesquisadores alinhados politicamente “à esquerda”<sup>3</sup>. Por isso, estariam engajados em estudar, visibilizar e construir políticas a favor dos pobres e populações oprimidas pela dominação das elites agrárias. Então, pode-se imaginar que quem vai estudar elites toma posição na luta de classes e faz um “jogo político” ao lado dos grupos dominantes? Ou, pensando de outra maneira, será possível dizer que os estudos sobre a elite e classe dominante estão “diluídos” e “ocultos” entre vários clássicos dos ER sobre processos econômicos e políticos no mundo rural brasileiro?

Desenho o debate deste artigo em torno dessas duas questões. Sem perder a energia de provocação da primeira, mas tomando partido a favor do caminho analítico da segunda. Para tanto, traço revisões dos temas das elites e classes dominantes de pesquisas clássicas até contemporâneas que formam os ER. Assim, o texto sinaliza a seguinte divisão de tópicos deste texto:

**1) Elites e classes dominantes e um rural a “la gauche”:** um breve balanço do conceito e debates acerca das pesquisas sobre elite e classe dominante nos ER ligados a temas como questão agrária, latifúndio e campesinato (MOTTA, 2004, 2014). A base aqui são debates travados nos quadros intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – da questão do “feudalismo à brasileira” – nas décadas de 1950-60. A formação

---

<sup>3</sup> Seguindo a indicação de Bobbio (1995), a esquerda e a direita se dividem na questão do igualitarismo e da liberdade. Nesse ponto, os ER possuem forte tendência de proximidade com a esquerda: de visões políticas e até parceria com movimentos sociais e ONGs voltadas para a ideia de que a desigualdade não é natural, sendo, portanto, combatida através de várias estratégias. De políticas públicas ou até proximidade com correntes revolucionárias do antigo Partido Comunista Brasileiro. É importante mencionar que a área dos ER também tem proximidade com a esquerda devido ao fato de ter sido lugar acadêmico de abrigo para muitos pesquisadores que também foram exilados políticos durante a ditadura civil militar de 1964-1985. Exemplos disso estão nas trajetórias biográficas de professores como Raimundo Santos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Magda Zanoni da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esses professores, dentre outros, que - vivendo em tempos sombrios - construíram uma grandeza intelectual impossível de ser resumida no curto espaço de uma nota de rodapé.

das elites e classes dominantes do mundo rural: ora apresentadas como imutáveis e herdeiras do passado; “resistentes” e “conservadoras”; ora apresentadas como grupos que detêm o controle total das mudanças sociais.

**2) Elite e classe dominante rural em clássicos da sociologia brasileira e dos ER:** ambiguidades similares também podem ser vistas nos clássicos da sociologia nacional que analisaram o mundo rural em profunda mudança social brasileira entre 1930 e 1960. Esses clássicos influenciaram eixos temáticos formados por gerações posteriores de pesquisadores sobre o mundo rural da década de 1970 até o início do século XXI.

**3) Uma agenda de pesquisa para “os ricos do campo”:** tomando como base as revisões feitas no segundo tópico, este tópico trata de pesquisas e teses recentes produzidas na última década – sobre diferentes perspectivas teórico-metodológicas, diferentes frações grupos dominantes em diferentes regiões do país e ajudam a quebrar um lugar “confuso” das elites e classes dominantes nos ER do Brasil. As teses foram escolhidas no critério temas e problemas de pesquisa elaborados em programas de pós-graduação que são referência nos ER no Brasil. Essas teses dão ponto de partida para que o conceito de “ricos do campo” seja construído. Por fim, vêm os comentários conclusivos deste artigo que não deixa de ser uma homenagem – na forma acadêmica por excelência, ou seja, através de uma revisão crítica – ao esforço de várias gerações de pesquisadores que firmaram a relevância dos ER no Brasil.

## ELITES E CLASSES DOMINANTES E UM RURAL “A LA GAUCHE”

Organizado pela historiadora Márcia Motta, o livro *Dicionário da Terra* foi publicado em 2005. Fruto de um importante esforço de trabalho, a obra traz 150 verbetes que fazem um balanço de conceitos, categorias e demais temas considerados relevantes para as pesquisas sociais e historiográficas do mundo rural no Brasil, dos anos 1970 ao final dos anos 1990. Por isso, é um bom balanço acerca de pesquisas e debates dos ER durante o século XX.

Um primeiro ponto relevante é que não há verbetes que concentrem definições, temas e debates, tampouco conceitos específicos de “elites” ou “classes dominantes”. Mas pode-se tentar destripar algo a partir de outros termos, como no verbete “latifúndio”, definido por Silva (2005, p. 272):

Vasto domínio rural nas mãos de um proprietário, no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação que não exige grandes investimentos. Na agricultura,

o latifúndio está associado à monocultura, e nenhum autor que tenha estudado as relações entre o homem e a terra deixou de salientar a influência negativa da propriedade latifundiária sobre ambos. A concentração de terras que o latifúndio representa constituiu um entrave à proliferação da pequena propriedade, como comprovam as dificuldades enfrentadas pelas experiências da colonização do século XIX. Dessa concentração também decorrem os efeitos deletérios sobre a vida regional, em particular o empobrecimento da população rural que vive direta ou indiretamente na dependência da grande propriedade e o aparecimento do seu oposto, o minifúndio. Apesar de atacado em diversos contextos históricos como uma forma retrógrada e anti-social de exploração, o latifúndio resistiu ao tempo.

A autora do verbete apresenta uma revisão historiográfica de casos possíveis de sistemas agrários do medievo europeu ao sistema da América hispânica (mercedes de terras) até as sesmarias da América Portuguesa. Por fim, o último parágrafo das quatro páginas do verbete vai da modernização do rural do Brasil, desde 1960, até as disputas em torno da constituinte de 1988, nas disputas de classe acomodadas nas frações da União Democrática Ruralista (UDR), e as demandas da função social da propriedade, via Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (SILVA, 2005).

Nesse verbete, destaco algumas ambiguidades. Primeiro, a visão de que grupos dominantes são “imutáveis” ou, quando mudam, isso se dá por via linear, de heranças de sistemas de poder: de ordenamentos jurídicos coloniais e estamentais até legislação e regimes fundiários seculares com aparência legal e republicana. Outro ponto está na origem da elite e classe dominante brasileira, novamente por uma hipótese eivada de linearidade e homogeneidade: o compacto da elite rural brasileira é fruto de “herança” de séculos de sesmarias ou entradas e bandeiras até coronéis, grileiros e, por fim, latifúndios e empresariado rural. Por fim, uma constatação “pendular”: se a todo momento é dito que o latifúndio está em mudança histórica, ele também seria “resistente” à mudança.

Esse ponto de teses pautadas em argumentos de linearidade na formação das elites e classes dominantes rurais remete a uma raiz de debates importantes – embora hoje superados – que moveram a intelectualidade brasileira dentro dos quadros do PCB, entre 1940 e 1960. A raiz desse debate está na revisão do livro *Rural a la Gauche (campesinato e latifúndio) nas interpretações de Esquerda (1955/1996)*, no qual Motta (2014) coloca que, na década de 1950, a visão da elite rural no PCB era totalmente enquadrada no modelo que via os grupos internos – os latifundiários – dependentes do imperialismo e “mantenedores de uma condição semicolonial brasileira e entrave ao desenvolvimento capitalista” (MOTTA, 2014, p. 17). O latifúndio brasileiro seria o equivalente aos feudos do medievo europeu, e as nossas elites fundiárias equivalentes a nobreza dos antigos regimes europeus. Portanto, o capitalismo brasileiro – e a sua superação pelo socialismo – viria da superação de um “modo feudal” enquanto forma de propriedade e

modo de produção. Com suas variações, essa foi uma tese comum e até uma teleologia, um “destino” social tido como inegável por respeitáveis quadros políticos e intelectuais do PCB, como Nelson Werneck Sodré<sup>4</sup> e Alberto Passos Guimarães<sup>5</sup>.

Essas teses foram superadas em um debate interno do PCB vencido pelo historiador Caio Prado Júnior e, no caso da sociologia e antropologia, foram soterradas pela tese de Moacir Palmeira sobre a *plantation* canavieira, nos anos 1970 (MOTTA, 2014). Contudo, essas teses do feudalismo à brasileira conservaram em parte um aspecto firme. A visão que coloca como linear o processo de formação das elites e classes dominantes rurais brasileiras. Se não mais como “resquício” feudal, o latifúndio e a sua classe social correspondente são resultado inegável de um processo histórico que tende a ser linear – sem rupturas ou descontinuidade, o Brasil rural foi produzido por heranças de terras, poder econômico, político etc.

Aproximando o verbete “latifúndio” no *Dicionário da Terra* (MOTTA, 2005) das teses “feudalismo à brasileira”, chegamos a pontos ambíguos que definem as classes dominantes rurais como algo que “ora resiste”, mas ora “está em mudança”, mas que também teriam origem social em processos lineares de heranças de terras e poder seculares no Brasil. Aqui defendo que essa aparente confusão ou sobreposições de definições vai além dos debates inscritos nos quadros da esquerda dos anos 1950. Ela é reminiscência de “ruídos” e retalhos de diferentes teorias sociais acerca da intensa modernização política e social do Brasil na primeira metade do século XX. Essas diretrizes podem ser reconstruídas a partir de duas vertentes dos clássicos que dominaram o debate das ciências sociais de 1930-1960. Esse é o tema do próximo tópico.

---

4 Nelson Werneck Sodré nasceu no dia 27 de abril de 1911, no Rio de Janeiro, filho de Heitor de Abreu Sodré e Amélia Werneck Sodré. Militar de carreira – ligado a frações do tenentismo – Sodré construiu carreira intelectual no marxismo e foi uma grande referência intelectual do Partido Comunista Brasileiro nos temas da política, história, economia e também estudos sobre os setores militares. Nacionalista, Sodré dedicou-se também a atividade de professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e, devido a posições comunistas, foi afastado dos círculos militares. Ele era bastante ativo na atividade intelectual até a sua morte em Itu, São Paulo, em 1999.

5 Alberto Passos Guimarães nasceu em Maceió, em 16 de abril de 1908. Trabalhou como comerciante e jornalista e foi reconhecido como autodidata produzindo ensaios no tema do marxismo e da concentração fundiária no Brasil. Militante de bastante influência nos debates intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, Guimarães faleceu no Rio de Janeiro em 1993.

## ELITE E CLASSE DOMINANTE RURAL EM CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA (1930-1960)

Longe de propor fazer o estado da arte da sociologia nacional<sup>6</sup>, busco abrir uma “trilha” aqui em torno da seguinte linha de raciocínio e algumas questões dos clássicos: O que é a sociedade brasileira? Nessa sociedade, o que é o mundo rural e qual lugar de uma classe dominante? Aqui destacam-se autores que debateram a raiz rural da elite ou classe dominante na modernização, econômica, política e institucional do país, no período entre 1930 e 1960. A partir dessas perguntas, organizei o Quadro 1 e o Quadro 2, classificando dois conjuntos de temas. O tema da modernização e dualidades do mundo rural (Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes), e, em seguida, dos estudos de cotidiano, poder, família e hierarquias no mundo rural (Gilberto Freyre, Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz).

**Quadro 1. Elite dentro da modernização e dualidades do mundo rural**

	Sergio Buarque de Holanda	Raymundo Faoro	Florestan Fernandes
<b>O que é a sociedade brasileira?</b>	<p>Uma sociedade feita a partir de uma “herança ibérica” da colonização em extenso território. Instituições vindas de outras origens foram implantadas aqui. Daí advém uma modernidade ainda “presa” em laços às formações sociais anteriores. Há muitos valores e dualidades no Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Personalismo das tradições e a impessoalidade moderna;</li> <li>– Ética do trabalho e a ética da aventura;</li> <li>– Padrão emocional brasileiro a partir do conceito de “homem cordial.</li> </ul>	<p>Sociedade feita de herança ibérica, o que tem consequências na formação de um poderoso patronato político dentro do Estado brasileiro a partir de uma lógica de corrupção e patrimonialismo.</p>	<p>Sociedade feita entre ordens sociais escravistas e ordens sociais competitivas industriais modernas de um capitalismo dependente. A tese da dualidade moderna brasileira analisada, articulando leitura dos clássicos da sociologia (Marx, Durkheim, Weber) para a sociedade brasileira após Revolução Burguesa e modernização de 1930.</p>

<sup>6</sup> Esse tipo de revisão e balanço crítico foi feito recentemente: ver o artigo de Jackson e Barbosa (2017) e também o Projeto Ciências Sociais Hoje, da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB), lançado em 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2465-coletania-ciencias-sociais-hoje-ebooks-download-gratuito> Acesso em: 19 de maio de 2021



<p><b>Mundo rural</b></p>	<p>Parte da sociedade feita de valores de uma herança de um mundo de trabalho escravo e colonial e que se vê diante da entrada de uma racionalidade moderna e urbana. Mentalidades e valores mentalidades que se opunham: racional se opõe ao tradicional, o abstrato ao corpóreo e ao sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial (BUARQUE DE HOLANDA, 1998 [1936], p. 78).</p>	<p>Base da formação social patrimonialista do Brasil, suas raízes ibéricas vêm do meio rural. A formação secular de um setor dominante corporativo do Estado – da República de Avis até Getúlio Vargas – tem origem em uma elite rural que tenderá a se fixar em fortes estamentos burocráticos.</p>	<p>A origem rural e escravista de valores e mentalidades das classes dominantes detém o monopólio da mudança social no capitalismo brasileiro rumo a uma ordem social competitiva.</p> <p>O meio rural expressa dependência na dependência. Sua posição de dependência interna em relação a outros setores da economia condiciona uma formação específica de classes sociais. A correlação entre a mudança social e a forma capitalista agrária é analisada sob três eixos: a natureza do capitalismo agrário brasileiro; “a relação deste com a formação da sociedade de classes e, por último, as causas e efeitos de uma resistência sociopática à mudança social” (FERNANDES, 2013, p.180).</p>
<p><b>Elite e classe dominante rural</b></p>	<p>Dualismo dos fazendeiros escravocratas educados nas profissões liberais, o mundo patriarcal colocado sob a lógica especulativa e mercantil. Casos do Visconde de Mauá e Visconde de Cairu. O primeiro pelo malogro de uma experiência comercial pujante, mas que entrou em crise justo quando “desafiou a imaturidade do Brasil”. Por sua vez, o Visconde de Cairu é tido como um representante intelectual que “adapta” – ou traduz de forma forçada – os conhecimentos e teorias dos liberais econômicos ingleses, como Adam Smith, a um argumento de retirar a vocação do trabalho braçal e mecânico dos brasileiros e portugueses. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995 [1936], p. 83-84)</p>	<p>O senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho –, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, à aristocracia ou à nobreza, de ordem rural. O fazendeiro, sempre vinculado ao açúcar, se transmuta no nobre e, por analogia com o aristocrata europeu, também será proprietário de terras. De nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político, que a Independência lhe daria, em plano nacional, acima do refúgio de quatro séculos nas acanhadas municipalidades. Há um trânsito entre os “estados em estratificação ascendente: da riqueza à aristocracia e da aristocracia ao poder político. (FAORO, 2001 [1958], p. 155)</p>	<p>Aqueles que detêm o monopólio dos meios de mudança social – logo sua resistência e controle no meio rural.</p> <p>Categorias de indivíduos viam-se inseridas no processo de formação de classes sociais através das estruturas e dinâmismos da economia agrária. Primeiro, os agentes econômicos privilegiados, que realizavam diretamente a expropriação capitalista. Em segundo lugar, os agentes econômicos semilivres ou livres, assalariados ou não, mas que podiam comercializar o excedente da produção doméstica e empregar a poupança como técnica de competição puramente econômica e como mecanismo de mobilidade socioeconômica. Terceira, os semiassalariados e assalariados que, mesmo reduzidos à pobreza como condição permanente, conseguiam transformar o trabalho em mercadoria através das relações de mercado. (FERNANDES, 2013)</p>

<b>Principal obra do tema</b>	Raízes do Brasil (1933) Capítulos 2 ( Herança rural) e 3 ( O semeador e o ladrilhador) dentre outros.	O Poder dos Donos (1958) Tópicos dos capítulos IV, V e VII dentre outros.	Sociedade de Classes e Desenvolvimento (2013)  (ensaios produzidos entre 1965-1967)  Capítulo – VI <i>Anotações sobre o capitalismo agrário no Brasil.</i>
-------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

**Quadro 2. A elite e classe dominante em estudos de cotidiano, poder, família e hierarquias no mundo rural**

	<b>Gilberto Freyre</b>	<b>Victor Nunes Leal</b>	<b>Maria Isaura Pereira de Queiroz</b>
<b>O que é a sociedade brasileira ?</b>	Sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de [...]“exploração econômica, híbrida de índio e mais adiante o negro” (FREYRE, 2013 [1933], p. 65). O Brasil tem como base a sociabilidade rural patriarcal e escravista – o engenho é a unidade básica da sociedade brasileira. A ausência de um Estado centralizado no período colonial fez com que a “casa grande e senzala” fossem uma instituição moral e social dominante. As hierarquias do sistema escravista, apesar de sua crueldade, são também potência criadora de uma “ordem” social dotada de singularidade cultural entre povos negros, indígenas e ibéricos.	Sociedade urbana, mas com forte raiz na sua parte rural e nos pequenos municípios com uma forma de poder dos coronéis entre o início da república até a metade do século XX. Forma de poder ligada à estrutura agrária entre redes de favores e ao domínio eleitoral.	Uma “herança” colonial na formação da sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Por isso, a sociedade brasileira é feita através de relações de contrastes na sua sociabilidade (messianismo, campesinato, mandonismo, bairros rurais etc.). O poder na sociedade brasileira vem de dependência assimétrica entre mandonismo e familismo na vida política, a indistinção entre as esferas pública e privada.
<b>O mundo rural</b>	O passado rural faz parte das hierarquias e da singularidade brasileira. Do catolicismo à culinária, das criações das crianças nas amas de leite, dos casamentos aos funerais, dos costumes cordiais cotidianos até daqueles violentos dos açoites nos escravos e no assédio do senhor de engenho com suas escravas. Tudo isso forma um fluxo de uma sociedade feita a partir do trânsito de pessoas e valores sociais entre o espaço da casa sede do engenho e as senzalas, mais tarde sobrados e mocambos.	A lógica de poder rural e municipal coronelesco está conectada às esferas estaduais e federais (LEAL,2012). Na estrutura concentrada na propriedade repousariam uma rede de favores e perseguições e desorganizações no serviço público (LEAL, 2012 [1948], p. 43).	Mundo rural e herança colonial traz rituais cotidianos, festejos, folclore, messianismo, dentre outras sociabilidades dos bairros rurais e de categorias intermediárias de trabalhadores entre grande propriedade e o escravismo. Quanto ao poder, valores e sociabilidades estão concentrados nesses elementos de gestado nos tempos coloniais perdurou após os acontecimentos de 1889 e 1930.

<p><b>Qual é o lugar da elite e classe dominante rural?</b></p>	<p>A hierarquia social e rural dos senhores de engenho e seus escravos forma uma brasilidade vinda da lida cotidiana dos engenhos coloniais.</p> <p>O fato de a tese de Gilberto Freyre superar o racismo científico e justificativa de atraso traz o lugar da cultura e de uma elite estudada, mas também louvada com certa “saudade”. Nessa evocação, o engenho e sua cultura trazem um caminho particular para trazer à tona um projeto de Brasil do futuro. A crítica freyriana “à universalidade de um modelo dualista “weberiano”, de moderno imposto ao Brasil” (MOTTA, 2007, p. 89), tem sua condição de produção em uma posição nostálgica, apoiada em uma relação literalmente “adocicada” com a elite canaveira. Ver o trecho da carta de Cícero Dias – pintor das famosas imagens do engenho Noruega do livro <i>Casa Grande &amp; Senzala</i> – para Freyre, em 1933, reproduzida na 52ª Edição comemorativa aos 80 anos da obra:</p> <p>“Joaquim Falcão esteve aqui e me deu notícias suas, me disse que o pessoal do Noruega não que que você publique o testamento todo porque aparece o C. Mór como filho de padre, e ele disse que antes você não publicasse todo este testamento, porque assim você continuaria comendo os doces e os queijos do Noruega. Esse livro vae sahir cheio de cosas é o diabo. Você mande dizer se fora o mappa ainda é preciso vinhetas” (sic) (FREYRE, 2013, p. 484)</p>	<p>Nas considerações finais do seu principal trabalho, o autor é bem claro de que o poder e lugar coronelisco estão cada vez mais datados e em decadência. Um sistema de barganha de poder ali do início da primeira república – e de como são localizados – e áreas com grau de isolamento em municípios rurais – os fenômenos de poder coronelista.</p>	<p>Formas de poder fluida entre as parentelas e os mandonismos locais. Formas de dominação e hierarquias do mandonismo e parentela dos grupos poderosos do mundo rural. Formas de poder, laços sociais por solidariedades “móveis e assimétricas”, mas ao mesmo tempo remontam a fixidez de antigas heranças coloniais. Caso dos bacharéis que ascendem aos postos do início da república. (QUEIROZ, 1969)</p>
---	---	---	--

<b>Principal obra do tema</b>	<i>Casa Grande &amp; Senzala</i> (1933) Capítulo 1	Coronelismo, Enxada e Voto (1948) Capítulo 1 e considerações finais	Mandonismo na vida política local brasileira e outros ensaios (1969) – Capítulo I, II, III e IV
-------------------------------	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os eixos apontados no Quadro 1 tendem a um ponto de vista que coloca uma elite e classe dominante como fruto de um processo linear, mas que ainda conserva dualidades valorativas do passado do mundo rural. Utilizando boa parte da axiologia weberiana, a tese aqui é de que há uma linearidade no padrão dual moderno institucional que fixa um “mal-entendido” de valores e padrões sociais que “fundam” a sociedade brasileira. A tensão entre afirmar que a elite e classe dominante “resistem à mudança social”, mas que também detêm o “monopólio da mudança social”, se inscreve em um arco que vai das categorias de Florestan Fernandes até os usos dos tipos-ideais weberianos de Sergio Buarque e do esforço de Raymundo Faoro para captar dualismos brasileiros de quatro séculos de herança ibérica institucional das nossas elites. Por isso, eis aqui mais uma das raízes da linearidade e ambiguidade quando se fala da mudança social das elites e classes dominantes vindas do rural.

Por sua vez, a partir do Quadro 2, é possível mencionar não somente a obra, mas toda uma imagética de intelectual construída pelo próprio Gilberto Freyre<sup>7</sup>: um ar nostálgico que busca, em um ideal de passado, a força política para um Brasil futuro e singular. Eis aqui um exemplo mais intenso de tênue fronteira de um cientista social que estuda elite e classe dominante e que tem envolvimento emocional com esses grupos. A obra de Freyre traz sua intensa potência criativa na contradição de uma descrição misturada a uma admiração aos valores do mundo social dos senhores de engenho e escravos. Por isso, a leitura da elite rural de Freyre “desperta” para vários “sabores” das estruturas e padrões sociais de setores dominantes no Brasil colonial – alguns amargos e repulsivos, que amaciam a crueldade e perversão da relação senhores e escravas e outros saborosos, tal qual uma combinação de queijo e doces da culinária dos engenhos e senzalas. Por sua vez, menos envolvida emocionalmente, mas também estudiosa do fenômeno de parentelas e formas de poder rural através dos mandonismos, está Queiroz (1969). A autora insere nos estudos do mundo rural uma reflexão sobre formas de poder – como bacharelismo –, que toma impulso, mas não fica enclausurada a esquemas teóricos ideal/típicos na realidade social, nem a categorias econômicas macroestruturais – o que pode ter sido um

<sup>7</sup> Ver o documentário *Mestre de Apipucos*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Gc\\_ATR9QpZw](https://www.youtube.com/watch?v=Gc_ATR9QpZw). Acesso: em 16 nov. 2020.

dos vários fatores que a fez, em parte, uma *outsider* no campo da sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

De todos os autores que analisaram as grandes transformações de 1930-1965, talvez apenas a obra de Victor Nunes Leal, de fato, não tenha investido na linearidade e em uma tese de supostas “continuidades” de uma formação coronelesca na formação da elite brasileira. Ao final de sua obra, Leal (2012 [1948]) é enfático: o coronelismo é um fenômeno datado e já em vias de desaparecimento na década de 1940. Contudo, apesar dessas ressalvas claras dadas pelo próprio autor, sua análise continua sendo encaixada em interpretações que buscam “continuidades” ou “sobrevivências” de “novos coronéis” ou “coronelismo sem enxada” em elites do Brasil, após a segunda metade do século XX. De tempos em tempos, a obra de Leal (2012 [1948]) tem de ser “purificada” dessas insistências, como bem mostra o artigo de Carvalho (1997).

## **A ELITE E CLASSE DOMINANTE NAS NOVAS GERAÇÕES DE CLÁSSICOS DOS ESTUDOS RURAIS (DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O SÉCULO XXI)**

A visão das elites e classes dominantes ganhou novos tons nas novas gerações de pesquisadores que demarcaram os ER e que sucedem os clássicos da década de 1930 a 1960. Aqui enfatizo menos os “autores-modelo” e mais o corte de duas a três gerações de pesquisadores que se fazem presentes nos ER, ocupando espaço em eventos desde o PIPSA, a Rede de Estudos Rurais e a ANPOCS. Outro fator comum a essas gerações: todos, na segunda metade do século XX, estiveram inseridos na “expansão do ensino superior durante os governos militares e profundas mudanças nas ciências sociais do Brasil” (JACKSON; BARBOSA, 2017, p. 225). A partir daí, surgem pesquisas que faziam duras críticas à política de modernização rural da ditadura. Aqui o critério da revisão considera os seguintes pontos: quais os principais centros e temas de pesquisa, em suma, o lugar acadêmico em que foram feitas as pesquisas? Em seguida, uma dimensão epistemológica no que diz respeito à forma de produzir conhecimento que cada eixo aborda. Por último, a pergunta similar aquelas dos Quadros 1 e 2: qual é o lugar da elite e classe dominante rural? No primeiro eixo, os estudos da “perversa” aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil (WANDERLEY, 2011a), e modernização conservadora dos anos 1970 até a estrangeirização de terras do século XXI (LEITE, 2019; KATO; LEITE, 2020). O segundo eixo aborda o poder de setores patronais do rural brasileiro em que ruralismo e agro-

negócio são palavras políticas (BRUNO, 2009; MENDONÇA, 1997, 2010). Por fim, o eixo de estudos sobre transformações sociais na zona da mata canavieira, as metamorfoses no “mundo que o senhor de engenho criou” (GARCIA JR, 2014).

### Quadro 3. 2ª geração dos clássicos: temas, formas de produção de conhecimento e lugar da elite e classe dominante

	Autores e autoras	Quais os principais centros de pesquisa e seus temas?	Como produzir conhecimento nas ciências sociais?	Qual é o lugar da elite e classe dominante rural?
<b>Grande propriedade da terra, modernização e capital: “uma perversa aliança”<sup>8</sup></b>	Wanderley (2011a, 2011b) Leite (2019)	<p>Pesquisas feitas a partir de formação interdisciplinar de sociologia e economia rural na Universidade Estadual de Campinas e também na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.</p> <p>Lugar do campesinato e da questão fundiária na modernização conservadora no campo. Dinamizada a partir de 1970, essa frente modernizadora no Brasil não gerou fragmentação fundiária nem resolveu abastecimento interno de alimentos (como casos da Europa e dos EUA). Houve concentração fundiária e problemas relacionado à fome e à pobreza rural. (WANDERLEY, 2011a)</p> <p>Estrangeirização de terras (<i>Land Grabbing</i>): processo recente de compra de terras por empresas privadas e públicas em uma internacionalização e financeirização de mercado de terras e <i>commodities</i> agrícolas intensificada após a crise de 2008 (LEITE, 2019). Nova governança global do mercado de terras e conflitos territoriais (KATO; LEITE, 2020)</p>	<p>Análise de conjuntura, econômica e histórica, com influência da teoria marxista e da sociologia rural francesa após a Segunda Guerra Mundial (autores como Henri Mendras e Marcel Jollivet). Uma influência também dos trabalhos sobre modernização “dolorosa” e conservadora, feitos por José Graziano Silva (WANDERLEY, 2011).</p> <p>Análise de dados de compras e vendas de terras coletados por fundações e ONGs (Landmatrix, Landportall) que lutam pela regulamentação da governança fundiária. Uso de dados quantitativos e qualitativos de empresas e fluxos financeiros.</p> <p>Sociologia e historiografia política, influenciada por conceitos de ideologia e “hegemonia” – de Marx até Antonio Gramsci. Também influenciadas por clássicos mais contemporâneos: da sociologia de Pierre Bourdieu até Norbert Elias.</p>	A elite e classe dominante enquanto “pessoa jurídica”: age sobre o rural, e de forma “despersonalizada”, através dos fluxos transnacionais de capital financeiro: não se trata mais da figura de grandes proprietários que operam uma dominação tradicional/pessoal. São empresas, fundos de investimento, acionistas que “reificam” as relações sociais capitalistas que, pela modernização tecnológica e financeirização, direciona uma pressão fundiária em agricultores pobres e/ou terras indígenas e quilombolas, dentre outras.

8 José de Souza Martins é um autor que merece menção aqui como uma espécie de “ponte” entre essas três linhas de pesquisa sobre o mundo rural – do debate sobre categorias como o capitalismo brasileiro e o papel da renda da terra aos estudos do cotidiano, poder, violência e pressão fundiária do campo brasileiro em áreas de fronteira. Tendo formação uspiana a partir do grupo de Florestan Fernandes, Martins tem uma pequena obra, fruto de sua dissertação de mestrado, integralmente dedicada a um estudo de setores da classe dominante: o livro *Conde Matarazzo: empresário e a empresa* (1973). Antes das suas incursões de campo nas zonas de fronteira amazônicas e do garimpo – quando ganharia status de autoridade nos temas rurais e no geral da sociologia brasileira – Martins

<p><b>Ruralismo e agronegócio: palavras políticas</b></p>	<p>Bruno (2009, 2017)</p> <p>Mendonça (1997, 1998, 2010).</p>	<p>Pesquisas feitas a partir de formação em sociologia e história na Universidade Estadual de Campinas, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense.</p> <p>A formação da União Democrática Ruralista na Constituinte de 1988, passando para a formação das coesas bancadas ruralistas nas décadas de 1990-2010. (BRUNO, 2009)</p> <p>Ideal ruralista no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na 1ª república (MENDONÇA, 1997).</p> <p>Escolas de Agronomia e um projeto de nação e moral a partir da educação rural na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em São Paulo, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro. (MENDONÇA, 1998).</p> <p>Frações da elite agrária e do Estado são colocadas no estudo da modernização e patronato entre 1964-1993. Sociedade Nacional de Agricultura; Sociedade Rural Brasileira e Associação Brasileira de Agribusiness. (BRUNO, 2009).</p>	<p>Entrevistas e discursos de políticos da bancada ruralista e análise de formação de comissões no congresso: Constituinte de 1988 até a votação do Código Florestal (2012). Análise de fontes documentais em arquivos de ministérios da agricultura, sindicatos patronais e de escolas de agronomia, revistas de entidades associativas como Sociedade Nacional do Agronegócio,</p> <p>Influência de Pierre Bourdieu nas linhas de pesquisa da antropologia social britânica na primeira metade do século XX. Etnografias que se debruçaram no ponto de vista nativo de cortadores de cana, feirantes, operários de usina e migrantes do Nordeste. Proposta era de restituir o cotidiano e a fala das pessoas de “carne e osso” para além dos dados quantitativos ou questionários censitários. (GARCIA JR, 2014, p. 24).</p>	<p>Hegemonia e representações do rural e da nação e de uma “vocaçãõ” do Brasil como celeiro do mundo. Grupos de interesse, organizados por grandes proprietários rurais/empresários que atuam no interior de agências estatais no poder executivo e legislativo. Sindicatos patronais, bancadas parlamentares, revistas de associações de classe e quadros que formam escolas de agronomia nacional.</p>
---	---	--	--	--

articula uma análise estrutural junto às condições biográficas de Andrea Matarazzo, empresário que, na primeira metade do século XX, construiu forte influência na industrialização de São Paulo.

<b>Metamorfo- ses no mundo que senhor de engenho criou</b>	Palmeira (2009 [1977]), Garcia Jr. (1989 2007, 2011, 2014), Sygaud (2004), Lopes e Alvim (2007).	Formação em Antropologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, na década de 1970 (GARCIA JR., 2014).  O universo dos grandes proprietários em vista do declínio dos engenhos e das relações personalizadas de moradia e trabalho na <i>plantation</i> .  Estratégias de trabalhadores rurais e relação com categorias de sujeitos/libertos. Terra, mercados e transformações sociais na zona da mata canavieira do Nordeste (1970-1990).		Frações da elite e classes dominantes do mundo rural que estão no cenário de transformações sociais de famílias de trabalhadores rurais e urbanos da zona da mata nordestina. Elite estudada em processos trabalhistas movidos por sindicatos rurais (SYGAUD, 2004), estratégias de reconversão de membros de elite agrária decadente em ministérios e postos de destaque na literatura (GARCIA JR, 2007, 2011). Teatralização e performance dos padrões das fábricas têxtil das áreas urbanas (LOPES; ALVIM, 2007). Saindo do tema e da área da zona da mata canavieira nordestina, vale menção a um estudo feito na década de 2010 sobre “sociedade do agronegócio” escrito por Heredia, Palmeira e Leite (2010).
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As pesquisas desses três eixos de novas gerações de clássicos dos ER ampliaram a possibilidade de pesquisas sobre elites e grupos dominantes no mundo rural. O primeiro deles utiliza de categorias econômicas e de um forte diálogo com a teoria marxista: a classe dominante é vista quase que “reificada” em relações sociais de produção, ideologias capital e grande propriedade de terra. Por sua vez, a única linha que propõe especificamente estudar elites e classe dominante é a de Bruno (2009) e Mendonça (2010) que analisam o ruralismo. Este universo patronal rural é “uma zona de sombra na historiografia brasileira” (MENDONÇA, 2010, p. 23). Por sua vez, a vertente dos ER influenciada por um grupo de antropólogos do Museu Nacional e do Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, mesmo não tendo objetivo inicial, acaba “encontrando” a elite do mundo rural em etnografias na zona da mata canavieira nordestina dos anos 1970 quando antigos engenhos entraram na lógica empresarial das usinas de cana de açúcar. Sem o apelo emocional e nostálgico freyriano, é feita uma refinada reflexão do decadente mundo dos engenhos e a sua modernização técnica durante o século XX: momento propício para os dramas de um grupo social decadente em símbolo de brasilidade (GARCIA JR, 2007, 2011).

Mesmo estando secundário e por vezes ainda sob a batuta da ambiguidade dos clássicos da primeira geração – afinal Florestan Fernandes tem forte influência em textos de Wanderley (2011b) e Bruno (2009) –, esses eixos dos ER deram novas ideias, formas de pesquisa e teorias sobre o mundo rural brasileiro a partir da década de 1970. Nisso estão ampliadas as possibili-



dades de perceber os grupos dominantes do mundo rural em diversidades de formas políticas, sociais, econômicas culturais e identitárias, envolvidos em fluxos de mudança social. A partir disso, no próximo tópico apresento uma proposta de estudo sobre os “ricos do campo” tomando impulso em três teses recentes – produzidas entre 2010 e 2018. Essas pesquisas indicam caminhos para superar as ambiguidades analíticas acumuladas nos estudos clássicos acerca do mundo das elites e classes dominantes rurais.

## **“OS RICOS DO CAMPO”: PROPOSTA DE UMA AGENDA DE PESQUISA**

A construção de uma ferramenta conceitual na perspectiva dos “ricos do campo” será apresentada em duas etapas. A primeira é um recorte de ideias e pesquisas feito por três teses elaboradas na primeira metade da última década (entre 2012-2016) que trazem novos ares, desafios e perspectivas aos ER. A segunda trata das questões que as teses levantam e as possibilidades de articular o olhar sobre “os ricos do campo” em uma literatura recente sobre elites e classes dominantes feita nas ciências sociais do Brasil e de outros centros mundiais.

Produzidos a partir de teses em pós-graduações de ciências sociais, destaco três trabalhos recentes com perspectivas teóricas que dialogam com a primeira geração de clássicos dos ER e os eixos de pesquisa da geração pós-1970. O principal critério de escolha e representatividade das três teses está no fato de que todas foram produzidas em centros considerados referência dos ER – como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Outro dado é que a trajetória dos autores e autoras resultaram em pesquisas sobre diversas realidades e mundos e até tempos históricos – processos sociais entre os séculos XIX e XX que envolveram partes dos estancieiros do Rio Grande do Sul, da grande pecuária mineira e da elite nacional até dinâmicas fundiárias da atual região da Borborema no semiárido nordestino. Em suma, com acertos e imprecisões, é possível afirmar que todos estiveram olhando sob os “ombros” das gerações de clássicos dos ER e, assim, trouxeram novas perspectivas acerca dos grupos dominantes de diferentes regiões do mundo rural do Brasil.

Em sua tese intitulada *Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*, Piccin (2012) mostra como uma elite pecuarista que, desde 1930-1980, acessa uma rede de frigoríficos e coopera-

tivas, passou a investir em escolarização não como estratégia contra um declínio, mas para ascensão, aumentando o capital simbólico e saindo da submissão a outras frações de classe dominante. Piccin (2012, p. 31) também aponta uma mudança social de elites rurais não por morosidade, reatividade ou “resistência ao moderno”, e sim por uma divisão bastante intensa entre gerações de estancieiros rumo aos postos de Estado. Longe de ser uma “resistência”, a mudança social fez com que os estancieiros, que eram apenas criadores, formassem uma rede de frigoríficos com acessos a recursos estatais. Metodologicamente, a tese de Piccin (2012) utiliza de genealogias de parentesco, acesso a livros de memória das famílias dos estancieiros – centrados em propriedades de mais de mil hectares no município de São Gabriel –, além de etnografias realizadas durante os quatro anos do doutorado.

Premiada pela ANPOCS em 2015, a tese *Nomes aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*”, de Leal (2016), realiza uma inserção etnográfica no mundo dos pecuaristas do gado zebu de Uberaba-MG, mercado de elite e luxo da genética bovina nacional e internacional. Espaço de poder e de prestígio de um setor emblemático do “agronegócio” brasileiro, o estudo dos zebuzeiros conduzido por Leal (2016) não faz distinções dualistas, e apresenta um mundo entrelaçado que articula dimensões humanas e não humanas, mercado monetários, economia, parentesco de sobrenome, zootecnia e laboratório. Nessa articulação, a autora transitou em feiras, leilões agropecuários, laboratórios de genética, e consultou fontes historiográficas do arquivo da Associação Brasileira de Criadores do Zebu (ABCZ) acerca da entrada do gado zebu no Brasil e na Índia no início do século XX. As reputações de sangue dos bois e das famílias de elite das associações de Uberaba são analisadas em torno de um projeto de poder do “boi tropical”. A ideia de gado de elite consolidou todo um imaginário nacional através da pecuária bovina que inclusive “rende performances de sucesso ou de fracasso na carreira dos zebuzeiros” (LEAL, 2016, p. 89-95). Aqui o esforço antropológico é direcionado às ontologias acerca das relações entre humanos e animais na pecuária de elite e, dentro disso, visões de nação, a partir do “boi tropical”, de uma influente categoria no agronegócio nacional dos quadros da ABCZ.

Por fim, uma tese fruto de uma “sociologia histórica” de processos fundiários de longo prazo, denominada *Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira: conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)*. De autoria de Nunes (2016), essa tese retoma uma forte tendência nos ER que marca o Programa de Pós-Graduação da UFCG enquanto referência no semiárido nordestino<sup>9</sup>. Utilizando de fontes de cartórios,

---

9 O atual Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande foi fundado como Mestrado

museus, arquivos de família, livros de genealogia, dentre outros, Nunes (2016) analisa três séculos e processos não lineares de concentração e desconcentração fundiária, casamentos, fluxos comerciais e alianças entre grupos em uma zona vasta, onde atualmente é o semiárido da Paraíba e Pernambuco. O autor critica as insistentes narrativas que afirmam que o “povoamento” do sertão foi fruto unicamente de frente pioneira de fazendas de gado se afastando dos canaviais e adentrando os interiores do Brasil colônia. Esse mito sesmarial colonial – ainda de forte apelo acadêmico e político no Nordeste – nos faz esquecer a diversidade e a complexidade dos caminhos coloniais nos sertões e suas disputas locais e territoriais: para além dos sesmeiros e proprietários de gado, havia posseiros, foreiros, arrendatários, comerciantes, pobres livres – por vezes fugitivos indígenas e escravos que iam para as serras e lá tinham atividade agrícola. Em suma, uma vasta sociedade que circulava nas “redes de poder local, recursos de água, terra e disputas militares nas vastas demarcações da coroa portuguesa” (NUNES, 2016, p. 57). No caso dos “Sertões da Borborema” – área que abrangia os atuais Seridó do Rio Grande do Norte, Sertão e Cariri da Paraíba, Pajeú e Agreste Pernambucano –, entre o século XVI e o início do XX alternam-se processos que variam entre concentração e fragmentação fundiária. Isso está associado a inúmeras disputas e estratégias de aliança política e matrimonial das “antigas” elites do gado e “novos” ricos, agricultores e comerciantes de algodão (NUNES, 2011).

Essas três teses dão pistas para analisar o mundo das elites e classes dominantes rurais em termos de mudanças abertas e processos não lineares, indo além do pêndulo “atraso/moderno”. Outro trunfo delas está na leitura de como frações internas das elites e classes dominantes tem múltiplas possibilidades de estratégias de poder. Destacam-se também a efetiva combinação de métodos, fontes, teorias e a ruptura de fronteiras da pesquisa entre processos locais e globais. Sob essa inspiração, enquadra-se aqui um conceito – de usos heurístico – de “ricos do campo”, a partir dos seguintes critérios:

- 1) Relação econômica e simbólica com a posse da grande propriedade da terra no Brasil.
- 2) Grupos ligados a mobilizações políticas específicas (associações de grandes criadores, sindicatos patronais, bancadas legislativas etc.). Tendência de que essa mobilização política seja feita no antagonismo com outros grupos envolvidos com a pauta da terra no mundo rural (movimentos sociais, indígenas, quilombolas etc.).
- 3) Formas de dominação e conexão com mercados de elite (agronegócio, pecuária de elite etc.).

---

em Economia e Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba (Campus II – Campina Grande). Atualmente, a sua principal linha de pesquisa é a de Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

4) A identidade de distinção social dos “ricos do campo” no Brasil é formada historicamente a partir de regionalismos e ruralismos. Esses valores transitam do local ao global e buscam sua legitimação entre nos critérios (1), (2) e (3).

Convido o leitor a fazer uma breve pesquisa comparativa em produções recentes – usando de qualquer busca acadêmica de artigos, dissertações e teses<sup>10</sup>. A frequência e naturalidade com que é usado e encontrado o termo “pobres do campo” ajuda a explicar o estranhamento ao ouvir um termo como “ricos do campo”. Seguindo tradições da disciplina antropológica, é possível dizer que o estranhamento também é condição de conhecimento. E aí está uma potência epistemológica para superar ambiguidades inscritas no termo “latifúndio”, dentre outros problemas da origem dos clássicos. Os estudos sobre os “ricos do campo” convidam a dialogar com esforços recentes para estudos sobre elites em várias áreas das ciências sociais: de teorias a metodologias e formas de produção de conhecimento, fontes e dados. Assim, justifico estudar os ricos no campo a partir do debate de três questões: por que “olhar para os ricos do campo”? Qual é o lugar de uma agenda de estudos sobre “os ricos no campo” nas ciências sociais brasileiras? Como produzir dados sobre os ricos do campo?

Mas por que “olhar para os ricos do campo”? Adapto aqui a questão que traz Nader (2020) em um artigo recentemente traduzido e publicado nesta revista. Nader (2020) faz uma provocação estimulante para estudar os poderosos e os “de cima”, com ênfase em complexas instituições e organizações burocráticas dos Estados Unidos. Segundo a autora, ela estuda os ricos do campo estimulada por uma indignação de uma cultura e seus efeitos danosos em nossa sociedade. Estudar apenas as populações subalternas acaba por fornecer visões parciais e por vezes erradas de uma sociedade, ou seja, ao estudar os pobres pode-se produzir, “ironicamente, visões que podem afetar os pobres e desprovidos das redes de poder” (NADER, 2020, p. 337). O caso da falta de estudos de crimes de colarinho branco e organizações jurídicas, assim como a farta literatura sobre subcultura e gangues nos bairros pobres cria uma inadequação de colocar a pobreza e criminalidade como sinônimos. Isso se dá mesmo à revelia das boas intenções dos

---

10 A título de exemplo, consultar o *Google Acadêmico* utilizando o critério de pesquisa de artigos entre 2017-2020. Quando se coloca “pobres do campo”, se recupera uma carga de textos e publicações considerável. Já em relação ao termo “ricos do campo”, a situação é diferente. Em primeiro lugar, o algoritmo da busca indica “você quis dizer ricos no campo”. Em segundo lugar, a busca acaba enfatizando separadamente os termos “ricos” e “campo”. Por isso, o “garimpo” difícil, encontrando trabalhos dispersos sobre burguesia agrária, agronegócio etc. Comparar também com a “fartura” encontrada na busca do termo “latifúndio”. Ver abaixo as buscas mencionadas: “Pobres no campo”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_ylo=2017&q=pobres+do+campo&btnG=Acesso em: 20 de maio de 2021](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2017&q=pobres+do+campo&btnG=Acesso em: 20 de maio de 2021); “Ricos no campo”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=ricos+do+campo&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5&as\\_ylo=2017](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=ricos+do+campo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017). Acesso em: 20 maio 2021; “Latifúndio”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5&as\\_ylo=2017&q=latif%C3%BAndio](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017&q=latif%C3%BAndio). Acesso em: 20 maio 2021.

antropólogos de desmontar estereótipos de suposta “propensão” de cultura de violência em guetos e comunidades pobres. Por fim, a adequação democrática de estudar os poderosos implica registrar, analisar e publicizar regras e não ditos que evidenciam porque alguns grupos “têm maior poder de barganha, e outros não, diante das redes burocráticas das agências do Estado” (NADER, 2020, p. 339). Todas essas dinâmicas, por mais que sejam ligadas às sociedades “ocidentais”, podem ser relidas e até refundadas a partir das tensões e reflexões da observação participante e etnográfica deixada pelos clássicos da antropologia desde o início do século XX.<sup>11</sup>

E qual seria o lugar de uma agenda de estudos sobre “os ricos no campo” nas ciências sociais brasileiras? Estão cada vez mais frequentes os estudos sobre elites com o avanço da pós-graduação de ciências sociais que consolida uma rede de pesquisadores e centros regionais e, em consequência disso, circulação de ideias, problemáticas teóricas e avanços metodológicos (OLIVEIRA; PETRARCA, 2018). Esse acúmulo de estudos de elites no Brasil trouxe também dilemas de teoria e pesquisa relacionados justamente ao grau de importação de conceitos de teorias de raiz francesa – o terreno dos estudos de elites e classes dominantes é muito influenciado pelo legado de Pierre Bourdieu, o que pode ser visto no registro de verbete “elite” em dicionários especializados<sup>12</sup>. Há uma tensa fronteira entre o que seria “imitação” ou “autenticidade” no uso de conceitos produzidos em campo acadêmico europeu para pensar problemas e dinâmicas das elites e poder no Brasil. Com o uso da noção de “guinada intelectual”, Oliveira e Petrarca (2018, p. 38) apontam concorrências entre autores “uspianos” versus “iuperjianos” (1970-1990) ou “bourdieusianos” versus “institucionalistas” (1990-2015). Nessas trincheiras, foram acumulados problemas de teoria e pesquisa sobre elites no Brasil. Estudar os ricos no campo nos ER pode permitir evitar ou até afastar alguns desses problemas: pelo seu viés “híbrido” – de

---

11 Menção importante aqui aos trabalhos de Eric Wolf que quebraram uma visão holística de sociedades coloniais e comunidades fechadas estudadas pelos antropólogos de várias tradições do século XX. Wolf torna visível a questão dos intermediários nas relações de poder entre comunidades e frações ligadas aos estados ou setores coloniais dominantes – e aqui estão as elites nacionais e internacionais. Sua influência nos Estudos Rurais do Brasil se dá em estudos sobre o segmento do campesinato e os setores dominantes do Estado (ALMEIDA, 2004).

12 O *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, editado por William Outwhaite e Tom Bottomore (1996), traz também um caminho da primeira metade do século XX: da teoria das elites clássicas, com os acréscimos da teoria dos partidos de Robert Michels e uma relação entre Weber, Mills até Karl Mahheim. Aqui o mote é a ideia de estudos sobre a “elite governante” e sua relação com a democracia (BOTTOMORE, 1996, p. 236). Um pouco mais atualizado, o *Dicionário de Políticas Públicas* (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2018) apresenta o verbete elite no roteiro “Pareto-Michels-Mills”, com importantes acréscimos: primeiro, da crítica marxista de Antonio Gramsci a Nicos Poulantzas, a relação de dominação, elites, governos e sistema capitalista; menciona ainda uma crítica da própria ciência política – de linha institucionalista do autor George Tsebelis – sobre comportamentos políticos das elites não pela origem social, mas pela escolha racional; e, segundo, do estudo que fazem de Pierre Bourdieu “acerca das posições objetivas que os indivíduos ocupam em determinados campos da elite” (PERISSINOTO, 2018, p. 299).

ser interdisciplinar e de estar conectado em clássicos nacionais e estrangeiros –, os ER tendem a ser menos propensos tanto ao risco de imitação/reprodução local de conceitos produzidos em um “centro francês” – desde clássicos da segunda geração dos ER essa tensão já foi resolvida: isso foi lapidado em trabalhos como o de Wanderley (2011a, 2011b), que maneжaram conceitos vindos de uma matéria-prima francófona, mas que jamais fugiram de tencioná-los e pressioná-los a olhar a realidade do mundo rural brasileiro.

Como produzir dados sobre os ricos do campo? As três teses citadas acima mostram a variedade de condições de produção do conhecimento: das etnografias, entrevistas, pesquisas documentais usadas de longa data desde os clássicos dos ER. Uma meta importante ao estudar os ricos no campo e a desigualdade do mundo rural brasileiro está em tentar destravar algo que pesquisadores de elites chamam de “segredos estatísticos bem guardados” (PINÇON; PINÇON CHARLOT, 2006, p. 15). Aqui um dado irônico acerca de nossas sociedades: se os pobres são invisibilizados e silenciados em termos da dominação cotidiana, eles são visíveis na construção categorias usadas para construir estatísticas oficiais. A frase “a pobreza afeta todos os aspectos da vida social” pode ser embasada em muitos dados de fácil acesso: pobreza se mede, se descreve, se nomeia e se faz inventários. Já ao nível estrutural das riquezas, reina uma certa discrição (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2006, p. 15). Uma maior relevância e relevo de estudos sobre elites e classes dominantes podem pressionar a ocorrência de “vazamentos” de certos “segredos estatísticos” bem guardados nas instituições oficiais de dados acerca dos patrimônios e tributos. Se os recursos são, de fato, bem coletados, a “filtragem” e exposição pública dos mesmos é cheia de zonas cinzentas, naquilo que Besson (1995, p. 25) aponta como um grande volume de dados camuflados em defesa das “oligarquias estatísticas”. Sabe-se, por exemplo, que muitos “ricos do campo” transitam entre o setor financeiro e o agronegocio brasileiro aparecendo em listas de bilionários e milionários<sup>13</sup>. Seguindo uma tendência de estudos como o de Ferreira (2018), aqui fica a provocação de que seja feito um estudo qualitativo e quantitativo sobre os ricos do campo, unindo a construção de séries anuais de tabulações e dados tributários do topo da distribuição de renda.

As conclusões encaminham para possibilidades de múltiplas frentes e estratégias de pesquisas sobre os ricos no campo. A depender do recorte temporal dos dados, imersões etnográficas sobre os ricos do campo podem abrir frentes bastante criativas de estudo da desigualdade

---

13 Ver <https://investnews.com.br/geral/quem-sao-os-11-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-daforbes-2021/>. Acesso em: 20 maio 2021. Ver <https://www.agroolhar.com.br/noticias/exibir.asp?id=25778&noticia=caminhonetes-viagens-e-sertanejo-sorriso-e-destaque-nacional-por-vida-boa-e-milionarios-do-agronegocio>. Acesso em: 20 maio 2021. Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/regioes-com-forte-presenca-do-agronegocio-concentram-candidaturas-de-milionarios-1-24716731>. Acesso em: 20 maio 2021.

no mundo rural e, conseqüentemente, da desigualdade da própria sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os ricos do campo coloca o pesquisador em posição complicada com seus pares, principalmente diante de colegas engajados no que se pode chamar de uma “boa vontade” epistemológica: aquela que diz que pesquisar grupos dominados e subalternos indica “dar voz” a eles. Nos ER, esse tipo de missão salvadora é evocada com frequência diante de pesquisas sobre grupos que sofrem conseqüências graves de processos de concentração fundiária, conflitos de acesso à água e à terra – exemplo da desqualificação de identidades e cosmologias de indígenas, quilombolas, dentre outros grupos que têm relações singulares de modos de vida com a terra e a natureza. Assim, este artigo está longe de afirmar qualquer simpatia ou “dar voz” ao universo dos ricos do campo – algo que, inclusive, esses grupos não precisam e que, portanto, não cabe aos pesquisadores assumir essa tarefa<sup>14</sup>.

Ao tentar sair dessas missões, o artigo – em um fio que puxa dos clássicos a teses recentes – pretende evidenciar o quanto o mundo das elites é diverso em suas frações. Aqui, o senso de “missão” mais próximo talvez seja de um alerta de como formas de dominação dos que estão no “topo” das hierarquias se transformam e respondem ativamente, inclusive a processos recentes de mudanças de desigualdades sociais e padrões populacionais nas ruralidades em todo o Brasil. Desse modo, é preciso reconhecer e superar a ambigüidade do “lugar das coisas” dos ricos do campo nos ER. Entender as elites e classes dominantes também é produzir desencantamentos sobre formas profundas de dominação de uma sociedade, efeito esse inerente às melhores tradições de conhecimento das ciências sociais. A máxima de que sociologia rural é “antes de tudo sociologia”, como coloca Jollivet (1998, p. 5), também vale para quem vai analisar os ricos do campo: um tema de pesquisa que, mesmo “diluído”, fez parte dos esforços de várias gerações de pesquisadores “rurólogos” que firmaram a relevância dos ER no Brasil.

---

14 Nós pesquisadores, nesse momento da atual tragédia brasileira, já temos “missões” demais: cumprir nossos prazos, exercer atividade docente e estimular a criatividade de ideias e pesquisas com recursos governamentais escassos!

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mauro. Eric Wolf, o marxismo, as revoluções camponesas e os intelectuais. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 114-124, 2004.
2. BESSON, Jean-Louis (org.) **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995.
3. BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1995.
4. BOTTOMORE, Tom. Teoria das elites *In*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996. p. 235-237.
5. BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). **Revista NERA**, v. 9, 2006, p. 49-72.
6. BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo *In*: MALUF Renato; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2017. p. 155-169.
7. BRUNO, Regina. **Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
8. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1936].
9. CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** v. 40, n. 2, 1997
10. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo, Globo, 2001 [1958].
11. FERNANDES, Florestan. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil. *In*: FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013. p. 190-211.
12. FERREIRA, Pedro. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2018.
13. FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013
14. GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul a caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.



15. GARCIA JR. Afrânio Raul. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 74-87, 2007.
16. GARCIA JR. Afrânio Raul. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 30, p. 21-47, 2011.
17. GARCIA JR. Afrânio Raul. Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou. In: MARTINS, Rodrigo Constante (org.) **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFScar, 2014. p. 13-30.
18. GARCIA JR, Afrânio Raul; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil In: GODOI, Emilis Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244. (v. 2: estratégias de reprodução social).
19. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-54.
20. HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.
21. JACKSON, Luiz Carlos; BARBOSA, Darlan. História das ciências sociais brasileiras. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (org.) **Sociologia brasileira hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 217-259. (v. 1).
22. JOLLIVET, Marcel. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 5-25, 1998.
23. KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. Land Grabbing e financeirização de agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.
24. LEAL, Natacha Simeí. **Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2016.
25. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: município e regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].
26. LEITE, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene. A usina e a varanda: a teatralização. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 88-104, 2007.

27. LEITE, Sergio Pereira. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, p. 1-22, 2019.
28. MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa**. São Paulo: Hucitec, 1973.
29. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais. *In*: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 107-129.
30. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro: 1888-1931**. São Paulo: Hucitec, 1997.
31. MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
32. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil Recente: 1964-1993**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
33. MOTTA, Márcia Maria Menendes. (org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
34. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O rural a la Gauche: (campe sinato e latifúndio) nas interpretações de Esquerda (1955/1996)**. Niterói: EdUFF, 2014.
35. MOTTA, Roberto. Reação a Max Weber no pensamento brasileiro: o caso de Gilberto Freyre. *Estudos de Sociologia*. **Revista do PPGS/UFPE**, v. 13, n. 2, p. 185-206, 2008.
36. NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427> Acesso em: 12 abr. 2021.
37. NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira: conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)**. 2016. 430 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.
38. OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Inovações Temáticas, -Guinadas- Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, p. 34-62, 2018.
39. PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações na plantation tradicional. *In*: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY; Maria de Nazareth (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2009 [1977]. p. 203-216. (v. 1).

40. PERISSINOTO, Renato. Elites. *In*: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurelio (org.). **Dicionário de Políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNIFESP, 2018. p. 297-300.
41. PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 458 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
42. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Grandes fortunes: dynastie familiales et formes de richesse en France**. Paris: Payot/Rivages 2006.
43. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Ensaio de Sociologia Política**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
44. SILVA, Lígia Osório. Latifúndio. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 272-276.
45. SYGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do Direito na zona da mata pernambucana. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.
46. VASCONCELLOS, Dora Vianna. Maria Isaura Pereira de Queiroz: uma interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e seus processos de inovação social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 2, p. 343-359, 2014.
47. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2011a.
48. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia do mundo rural e as questões de sociedade no Brasil contemporâneo. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 21-36, 2011b.

*Valdênio Freitas Meneses*

Professor do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande (Campus Pombal). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>. E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br